

Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 13.114 - SP (2019/0333575-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
REQUERENTE : BRF S.A
ADVOGADOS : RODRIGO CESAR NASSER VIDAL - PR029107
FELIPE HASSON - PR042682
LAIS VANHAZEBROUCK - PR042612
LAURA ALMEIDA NEIVA DE LIMA - PR096901
CAROLINE SANTOS MARTINI - PR093012
FERNANDA JUSTE CAMARGO E OUTRO(S) - PR081730
REQUERIDO : TRANSPORTES ZANINI LTDA
ADVOGADOS : ERIKA FERNANDES ROMANI - SP123619
HELDER CURY RICCIARDI - SP208840
JULIO EDUARDO RICCIARDI - SP052455

EMENTA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. PRETENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL AINDA NÃO DISTRIBUÍDO A ESTA CORTE. CONTRATO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA. ROUBO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA PRESCRITA. PRAZO ÂNUO. TERMO INICIAL. DATA DE CIÊNCIA DO SINISTRO. LEI N. 11.442/2007. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ. *FUMUS BONI IURIS* NÃO DEMONSTRADO. PEDIDO INDEFERIDO.

DECISÃO

BRF S.A. apresenta o respectivo pedido de tutela provisória, visando a atribuição de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial por ela interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos do Processo de n. 1005759-44.2018.8.26.0309, e ainda não distribuído a nenhum dos ministros desta Corte Superior.

Assenta que o *fumus boni iuris* evidencia-se na aplicação do prazo prescricional quinquenal à hipótese, em que a requerente ajuizou ação de cobrança em desfavor da requerida - buscando a sua condenação ao pagamento do valor correspondente às mercadorias furtadas -, contado da data em que a autora tomou conhecimento do efetivo prejuízo, qual seja, a data do trânsito em julgado da Ação de n.

Superior Tribunal de Justiça

1008182-16.2014.8.26.0309, em 15/3/2018. Desse modo, refuta a conclusão delineada no acórdão recorrido, de aplicação do prazo prescricional anual, contado da data do sinistro.

No que se refere ao *periculum in mora*, argumenta que este decorre do cumprimento provisório de sentença promovido pela advogada da parte ré, vencedora na demanda, requerendo a intimação da postulante para o pagamento da verba honorária de sucumbência de 11% sobre o valor da causa, o que representa um valor expressivo de R\$ 51.180,08 (cinquenta e um mil, cento e oitenta reais e oito centavos).

Nesse contexto, requer, ao final, o deferimento do pedido de tutela provisória, *inaudita altera pars*, a fim de (e-STJ, fl. 11):

[...] mediante a concessão de efeito suspensivo ao Agravo em Recurso Especial interposto pela BRF S/Anos autos da Apelação nº 1005759-44.2018.8.26.0309, suspender o Cumprimento Provisório de Sentença de nº 0009673-02.2019.8.26.0309, que determinou o pagamento da quantia de R\$51,180.08, até o julgamento definitivo do recurso junto a esta Corte;

Brevemente relatado, decido.

De início, convém registrar que o acórdão recorrido proferido pela Trigesima Sétima Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos da Apelação Cível de n. 1005759-44.2018.8.26.0309, negando provimento ao apelo da BRF S.A., ora requerente, está assim ementado (e-STJ, fl. 91):

Apelação. Ação de cobrança. Contrato de transporte rodoviário de carga. Discussão acerca do prejuízo decorrente do roubo da carga transportada pela ré. Prescrição anual prevista no artigo 18 da Lei nº 11.442/07 reconhecida. Sentença de improcedência mantida, com alteração do fundamento. Recurso improvido.

A postulante, por sua vez, em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 68-80), interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 189 e 206, § 5º, I, do Código Civil, defendendo, em síntese, a não consumação da prescrição da pretensão, fundada em contrato de transporte, de recebimento da carga furtada, porquanto aplicável o prazo quinquenal, bem

como o princípio da *actio nata*, e não o interregno de 1 (um) ano constante do art. 18 da Lei n. 11.442/2007.

Embora não conste dos autos cópia da decisão de inadmissibilidade do apelo extremo nem da petição de agravo em recurso especial devidamente protocolada na Corte de origem, entendo desnecessário o saneamento dessa irregularidade, uma vez que inexiste o *fumus boni iuris* alegado.

Isso porque, o entendimento exarado no aresto combatido encontra-se em sintonia com a convicção desta Corte Superior, segundo a qual, no contrato de transporte rodoviário de cargas, a pretensão de reparação pelos danos porventura ocorridos prescreve em 1 (um) ano, a contar da ciência do sinistro, nos termos do art. 18 da Lei n. 11.442/2007.

Nesse sentido:

DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. CONTRATO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS. PRODUTO QUE CHEGA DETERIORADO AO PONTO DE DESTINO. APLICAÇÃO DO CDC AFASTADA. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO.

1. Ação ajuizada em 25/07/2013. Recurso especial concluso ao gabinete em 19/05/2017. Julgamento: CPC/73.

2. O propósito recursal é definir se está configurada relação de consumo entre recorrente e recorrida, a fim de identificar qual o prazo prescricional aplicável para o ajuizamento da ação de reparação de danos materiais oriundos de suposta falha na prestação de serviço de transporte rodoviário de carga.

3. Quando o vínculo contratual entre as partes é necessário para a consecução da atividade empresarial (operação de meio), movido pelo intuito de obter lucro, não há falar em relação de consumo, ainda que, no plano restrito aos contratantes, um deles seja destinatário fático do bem ou serviço fornecido, retirando-o da cadeia de produção.

4. Revela-se pertinente a premissa em que se baseia o acórdão recorrido para afastar a configuração da relação de consumo, pois a recorrente não pode ser considerada destinatária final - no sentido fático e econômico - do serviço de transporte rodoviário de cargas.

Vale dizer que o mencionado serviço é utilizado para propriamente viabilizar a sua atividade comercial, configurando inegável consumo intermediário (operação de meio).

6. Em razão da inaplicabilidade do CDC à espécie, deve-se aplicar o prazo prescricional previsto no art. 18 da Lei 11.442/07, que dispõe que "Prescreve em 1 (um) ano a pretensão à reparação pelos danos relativos aos contratos de transporte, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano pela parte interessada".

Superior Tribunal de Justiça

7. Tendo em vista que a recorrente teve ciência da ocorrência do sinistro em 19/04/2012, mas somente ajuizou a presente ação em 25/07/2013, mostra-se imperioso o reconhecimento da ocorrência de prescrição.

8. Recurso especial conhecido e não provido.

(REsp 1669638/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 25/06/2018)

Na hipótese em apreço, o roubo da carga transportada pela ré, ora requerida, ocorreu em 13 de outubro de 2013, pleiteando a autora, ora postulante, o pagamento de cobertura securitária no dia subsequente, o qual foi negado pela seguradora em 19 de dezembro de 2013. A ação, por sua vez, só foi ajuizada em 12 de abril de 2018, ou seja, após o transcurso de mais de 4 (quatro) anos da data da ciência do sinistro, estando, de fato, consumado o prazo prescricional anual, consoante preconizado pelo TJSP.

Assim, não se antevê a probabilidade do direito, a amparar o respectivo pedido, sendo, por isso, prescindível a análise do *periculum in mora*.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de tutela provisória.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator